

PRF: expectativa de até 1.500 vagas para policiais

Polícia Federal

Enviado por : admin

Enviado em: 08/01/15

Entre os concursos mais aguardados para o ano que se inicia certamente está o da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para o cargo de policial. A autorização para a abertura de até 1.500 vagas na função, que tem como requisito o ensino superior completo em qualquer área e proporciona remuneração inicial de R\$7.092,91 a partir de 1º de janeiro, foi solicitada no mês de maio. No último dia 11, o processo referente ao pedido foi encaminhado ao Ministério da Justiça para revisão, mas a pasta já informou que a documentação será novamente enviada ao Planejamento, possivelmente ainda no início do ano. Com demandas crescentes, como por exemplo o aumento da frota de veículos nas estradas, a PRF vem carecendo cada vez mais da adequação do seu efetivo aos desafios a serem enfrentados. A expectativa é que nesse ano de 2015 a disparidade existente seja amenizada com a convocação dos aprovados no concurso concluído em 2014 e também com a abertura da nova seleção pleiteada pelo departamento. Segundo a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) até o final de 2015, o órgão poderá perder 1.500 policiais só em razão de aposentadoria.

O encolhimento de quadro poderá ser combatido em parte com a convocação de 1.216 aprovados do último concurso que ainda aguardam serem chamados, dos quais 450 já passaram inclusive pelo curso de formação e estão classificados dentro do número de vagas com preenchimento garantido. Já a abertura da nova seleção, além de anular as perdas, poderá permitir a PRF caminhar na direção do preenchimento de todas as 13.098 vagas existentes na carreira de policial rodoviário federal, meta que o departamento pretendia alcançar em 2013. Porém, para abrir o novo concurso ainda em 2015, será necessária primeiramente a convocação de todos os aprovados da seleção atual. Isso porque ela é válida até maio, com a vigência ainda podendo ser estendida por um ano. A nomeação de todos os aprovados, porém, abriria o caminho para a nova seleção, como ocorreu no concurso concluído em 2012. O presidente da FenaPRF, Pedro Cavalcanti, já afirmou que acredita que o departamento terá os seus pleitos atendidos. Entre os fatores que reforçam a necessidade de contratação de mais policiais ele apontou o combate ao crime organizado e o compromisso assumido pelo governo com a meta da Organização das Nações Unidas (ONU) de redução do número de acidentes de trânsito à metade até 2020. “Apesar dessa crise o governo tem que entender que precisa emergencialmente contratar”, afirmou.

Etapas – O último concurso para policial rodoviário federal foi organizado pelo Cespe/UnB e compreendeu provas objetivas e discursivas, exame de aptidão física (testes de flexão em barra fixa, de impulso horizontal, de flexão abdominal e de corrida de 12 minutos), avaliação médica, psicológica e de títulos, além de investigação social e curso de formação. As provas escritas versaram sobre Língua Portuguesa, Matemática, Física no Serviço Público, Informática, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processual Penal, Legislação Especial, Direitos Humanos e Cidadania, Legislação Relativa à PRF e Física Aplicada à Perícia de Acidentes Rodoviários.

Policia  rodoviário federal: veja programa do último concurso

CONHECIMENTOS BÁSICOS

} LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpreta o de textos de g neros variados. 2 Reconhecimento de tipos e g neros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 3.1 Emprego das letras. 3.2 Emprego da acentua o gráfica. 4 Dom nio dos mecanismos de coes o textual. 4.1 Emprego de elementos de referencia o, substitui o e repeti o, de conectores e outros elementos de sequencia o textual. 4.2 Emprego/correla o de tempos e modos verbais. 5 Dom nio da estrutura morfossint tica do período. 5.1 Rela es de coordena o entre ora es e entre termos da ora o. 5.2 Rela es de subordina o entre ora es e entre termos da ora o. 5.3 Emprego dos sinais de pontua o. 5.4 Concord ncia verbal e nominal. 5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.6 Coloca o dos pronomes  tonos. 6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 6.1 Substitui o de palavras ou de trechos de texto. 6.2 Retextualiza o de diferentes g neros e n veis de formalidade.

} MATEMÁTICA: 1 Números inteiros, racionais e reais. 1.1 Problemas de contagem. 2 Sistema legal de medidas. 3 Razões e propor es; divisão proporcional. 3.1 Regras de três simples e composta. 3.2 Porcentagens. 4 Equa es e inequa es de 1  e 2  graus. 4.1 Sistemas lineares. 5 Fun es. 5.1 Gráficos. 6 Sequências numéricas. 7 Progressão aritmética e geométrica. 8 No es de probabilidade e estatística. 9 Raciocínio lógico: problemas aritméticos.

} NO ES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constitui o da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 4 Organiza o político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administra o pública. 5.1 Disposi es gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribui es e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder judiciário. 7.1 Disposi es gerais. 7.2 órgãos do poder judiciário. 7.2.1 Organiza o e competências, Conselho Nacional de Justiça. 7.2.1.1 Composi o e competências. 8 Fun es essenciais   justiça. 8.1 Ministério público, advocacia pública. 8.2 Defensoria pública.

} ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: 1  tica e moral. 2  tica, princípios e valores. 3  tica e democracia: exercício da cidadania. 4  tica e fun o pública. 5  tica no Setor Público. 5.1 Decreto não 1.171/ 1994 (Código de  tica Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).

NO ES DE INFORMÁTICA: 1 No es de sistema operacional Windows. 2 Edi o de textos, planilhas e apresenta es (ambiente BrOffice). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Programas de navega o (Mozilla Firefox e Google Chrome). 3.3 Programas de correio eletr nico (Mozilla Thunderbird). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.5 Grupos de discussão. 3.7 Computa o na nuvem (cloud computing). 4 Conceitos de organiza o e de gerenciamento de informa es, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informa o. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 No es de vírus, worms e pragas virtuais. 5.3 aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.). 5.4 Procedimentos de backup. 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

} **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios. 2 Direito administrativo: conceito, fontes e princípios. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Invalidez, anulação e revogação. 3.3 Prescrição. 4 Agentes administrativos. 4.1 Investidura e exercício da função pública. 4.2 Direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos. 4.3 Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 4.4 Lei nº 8.112/1990 e alterações. 5 Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. 6 Princípios básicos da administração. 6.1 Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. 6.2 Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder. 6.3 Improbidade administrativa: sanções penais e civis — Lei nº 8.429/1992 e alterações. 7 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. 8 Organização administrativa. 8.1 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 8.2 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9 Controle e responsabilização da administração. 9.1 Controle administrativo. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Responsabilidade civil do Estado.

} **NOÇÕES DE DIREITO PENAL:** 1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 A lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Pena cumprida no estrangeiro. 1.7 Eficácia da sentença estrangeira. 1.8 Contagem de prazo. 1.9 Interpretação da lei penal. 1.10 Analogia. 1.11 Irretroatividade da lei penal. 1.12 Conflito aparente de normas penais. 2 O fato típico e seus elementos. 2.1 Crime consumado e tentado. 2.2 Pena da tentativa. 2.3 Concurso de crimes. 2.4 Ilícitude e causas de exclusão. 2.5 Excesso punível. 2.6 Culpabilidade. 2.6.1 Elementos e causas de exclusão. 3 Imputabilidade penal. 4 Concurso de pessoas. 5 Crimes contra a pessoa. 6 Crimes contra o patrimônio. 7 Crimes contra a fé pública. 8 Crimes contra a administração pública. 9 Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos). 10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 11 Crimes contra a Dignidade Sexual.

} **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL:** 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 2 Inquérito policial. 3 Ação penal. 4 Competência. 5 Prova. 6 Juiz, ministério público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros. 7 Prisão e liberdade provisória. 7.1 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 8 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 9 Habeas corpus e seu processo. 10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.

} **LEGISLAÇÃO ESPECIAL:** 1 Lei nº 10.826/2003 e alterações (Estatuto do Desarmamento). 2 Lei nº 7.716/1989 e alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 3 Lei nº 5.553/1968 (apresentação e uso de documentos de identificação pessoal). 4 Lei nº 4.898/1965 (direito de representação e processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade). 5 Lei nº 9.455/1997 (definição dos crimes de tortura). 6 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Título II, Capítulos I e II, Título III, Capítulo II, Seção III, Título V e Título VII. 7 Lei nº 10.741/2003 e alterações (Estatuto do Idoso). 8 Lei nº 9.034/1995 e alterações (crime organizado). 12 Lei nº 9.099/1995 e alterações (juizados especiais

cíveis e criminais), Capítulo III, . 13 Lei nº 10.259/2001 e alterações (juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal). 15 Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha – violência doméstica e familiar contra a mulher). 16 Lei nº 11.343/2006 (sistema nacional de políticas públicas sobre drogas). 17 Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das contravenções penais). 18 Lei nº 9.605/1998 e alterações (Lei dos crimes contra o meio ambiente), Capítulos III e V . 19 Decretos nº 5.948/2006, nº 6.347/2008 e nº 7901/2013 (Tráfico de pessoas).

} DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: 1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. 2 Afirmação histórica dos direitos humanos. 3 Direitos humanos e responsabilidade do Estado. 4 Direitos humanos na Constituição Federal. 6 Institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. 7 Política nacional de direitos humanos. 8 Programas nacionais de direitos humanos. 9 Globalização e direitos humanos. 10 As três vertentes da proteção internacional da pessoa humana. 10.1 Direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados. 11. A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. 12 Aplicações da perspectiva sociológica a temas e problemas contemporâneos da sociedade brasileira: a questão da igualdade jurídica e dos direitos de cidadania, o pluralismo jurídico, acesso à justiça. 13. Práticas judiciais e policiais no espaço público. 14 Administração institucional de conflitos no espaço público.

} LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DPRF: 1. Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e suas atualizações; 2 Perfil constitucional: funções institucionais. 3 Lei 9.654/1982. 4 Decreto nº 6.061/2007 e alterações. 5 Decreto 1.655/1995.

} FÍSICA APLICADA E PERÍCIA DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS: 1 Mecânica. 1.1 Cinemática escalar, cinemática vetorial. 1.2 Movimento circular. 1.3 Leis de Newton e suas aplicações. 1.4 Trabalho. 1.5 Potência. 1.6 Energia cinética, energia potencial, atrito. 1.7 Conservação de energia e suas transformações. 1.8 Quantidade de movimento e conservação da quantidade de movimento, impulso. 1.9 Colisões. 1.10 Estática dos corpos rígidos. 1.11 Estática dos fluidos. 1.12 Princípios de Pascal, Arquimedes e Stevin. 2 Ondulatória. 2.1 Movimento harmônico simples. 2.2 Oscilações livres, amortecidas e forçadas. 2.3. Ondas. 2.3.1 Ondas sonoras, efeito doppler e ondas eletromagnéticas. 2.3.2 Frequências naturais e ressonância. 3. Óptica geométrica: reflexão e refração da luz. 3.1 Instrumentos ópticos: características e aplicações.